

**VALOR PÚBLICO GERADO POR UMA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE SEUS OUTPUTS E OUTCOMES****Henrique Portulhak***Universidade Federal Do Paraná***Vicente Pacheco***Universidade Federal Do Paraná***Resumo**

A investigação teve como objetivo identificar quais fatores, de outputs e outcomes oferecidos por uma denominação religiosa, são considerados como geradores de valor público pela sociedade, sendo motivada pela dificuldade em termos teóricos para se realizar a mensuração de desempenho das organizações públicas e sem finalidade de lucro, devido à complexidade e subjetividade dos resultados oferecidos por elas à sociedade. Para tal, realizou-se um levantamento com a obtenção de 732 respostas válidas. Para tratamento dos dados, recorreu-se à análise fatorial (exploratória e confirmatória) e ao método de regressão linear múltipla. Os resultados revelaram a existência de três fatores de elementos geradores de valor público pela denominação religiosa, sendo dois fatores de outputs (religiosos e sociais) e um fator de outcomes. A regressão linear múltipla revelou a significância dos três fatores. Notou-se que a denominação religiosa é considerada pela sociedade como geradora de valor público, principalmente por conta de seus outputs sociais e religiosos. O estudo contribui para o desenvolvimento da teoria do valor público como alternativa para resolução do problema da mensuração de desempenho de organizações sem fins lucrativos, bem como para a aplicação da avaliação de desempenho organizacional nestas instituições.

Palavras-chave: Valor público; denominações religiosas; avaliação de desempenho.

VALOR PÚBLICO GERADO POR UMA DENOMINAÇÃO RELIGIOSA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SEUS *OUTPUTS* E *OUTCOMES***RESUMO**

A investigação teve como objetivo identificar quais fatores, de *outputs* e *outcomes* oferecidos por uma denominação religiosa, são considerados como geradores de valor público pela sociedade, sendo motivada pela dificuldade em termos teóricos para se realizar a mensuração de desempenho das organizações públicas e sem finalidade de lucro, devido à complexidade e subjetividade dos resultados oferecidos por elas à sociedade. Para tal, realizou-se um levantamento com a obtenção de 732 respostas válidas. Para tratamento dos dados, recorreu-se à análise fatorial (exploratória e confirmatória) e ao método de regressão linear múltipla. Os resultados revelaram a existência de três fatores de elementos geradores de valor público pela denominação religiosa, sendo dois fatores de *outputs* (religiosos e sociais) e um fator de *outcomes*. A regressão linear múltipla revelou a significância dos três fatores. Notou-se que a denominação religiosa é considerada pela sociedade como geradora de valor público, principalmente por conta de seus *outputs* sociais e religiosos. O estudo contribui para o desenvolvimento da teoria do valor público como alternativa para resolução do problema da mensuração de desempenho de organizações sem fins lucrativos, bem como para a aplicação da avaliação de desempenho organizacional nestas instituições.

Palavras-chave: valor público; denominações religiosas; avaliação de desempenho.

1 INTRODUÇÃO

As organizações de orientação religiosa possuem atuação destacada na sociedade pelo oferecimento de equipamentos e serviços sociais como escolas, hospitais, creches, recuperação de dependentes químicos, mobilização contra a violência e por atenção do poder público a demandas locais de regiões carentes, bem como de ações para socialização de jovens envolvidos ou vulneráveis ao mundo do crime, ex-presidiários, terceira idade e portadores de necessidades especiais (Burity, 2007; Serafim & Alperstedt, 2012; Teixeira, 2011), proporcionando a geração de externalidades positivas, especialmente em localidades em que predomina a pobreza, exclusão social, caos e violência (Lehmann, 2007).

Todavia, mesmo com a indicação de tais contribuições públicas, nota-se a ascensão de discussões e iniciativas que questionam os benefícios fiscais obtidos por estas instituições, conduzindo a propostas para a retirada de isenções e imunidades tributárias. A principal proposta vigente – uma sugestão legislativa de iniciativa popular – possui como ideia principal o fim da imunidade tributária dessas entidades, tendo como principais argumentos o surgimento de “... constantes escândalos financeiros que líderes religiosos protagonizam” e de que indivíduos são “... explorados pela fé”, além de que “... o dinheiro que o Estado poderia recolher é usado para enriquecimento ilícito”. Em contraponto, indivíduos e entidades contra a proposta argumentam sobre as contrapartidas das igrejas ao Estado, indicando que estas entidades possuem “... papel social (como a assistência a viciados em drogas) não só moralmente louvável, como financeiramente valioso” (Balloussier, 2017).

Denota-se, portanto, que as denominações religiosas estão envolvidas em um contexto no qual há uma pressão social que busca eliminar sua imunidade tributária, sugerindo-se que essa situação passa pelas dificuldades que as mesmas enfrentam para defender junto ao público em geral os alegados benefícios gerados por elas à coletividade. A teoria do valor público, conceito emergente na literatura acadêmica nos últimos anos (Hartley, Alford, Knies, & Douglas, 2016), parte da ideia de que as organizações públicas e do Terceiro Setor devem se voltar para a criação de resultados que tenham valor percebido pela sociedade, habilitando-as a demonstrarem a este público que, ao invés de serem consideradas como não produtivas,

estão gerando resultados valiosos para a coletividade (Moore, 1995).

Frente a tal situação, portanto, torna-se relevante identificar, em um primeiro momento, quais fatores, de atividades (*outputs*) e de resultados (*outcomes*) oferecidos por uma denominação religiosa são considerados como geradores de valor público pela sociedade. Essa identificação se torna relevante como forma de possibilitar alternativas para que tais organizações consigam gerenciar as atividades e resultados reconhecidos como geradores de valor público, tornando-as base de seu processo de avaliação de desempenho institucional, de seu controle gerencial e de prestação de contas.

De acordo com Serafim e Alperstedt (2012), aparenta-se que há certa resistência na academia a considerar a importância econômica das organizações religiosas na sociedade. Por consequência, como asseveram Perkins e Fields (2010), “as igrejas são um tipo de entidade sem fins lucrativos que tem sido pouco estudada apesar de ter um impacto substancial na sociedade” (p. 826). Assim sendo, em um primeiro momento, justifica-se a realização desta exploração temática pelo aspecto teórico diante da escassez de estudos acadêmicos que abordem organizações religiosas a despeito de sua importância social e econômica.

Ainda pelo aspecto teórico, a abordagem ao tema do valor público gerado por uma instituição do Terceiro Setor contribui para os debates a respeito da identificação de desempenho dessas organizações, visto uma alegada dificuldade em termos teóricos para se realizar a mensuração do mesmo devido à complexidade e subjetividade de seus resultados (Lee & Nowell, 2015; Sawhill & Williamson, 2001). De acordo com Boateng, Akamavi e Ndro (2016), a busca pelas melhores medidas de desempenho para organizações sem fins lucrativos é um assunto debatido de forma extensiva academicamente nos últimos 20 anos, contudo, restam lacunas relevantes a serem preenchidas nesse campo.

Sobre a teoria do valor público, a investigação é justificada e pode contribuir pelo aspecto teórico ao fornecer informações empíricas para a aplicação das ferramentas associadas a ela, como o *Public Value Scorecard*. Como indicam Hartley et al. (2016), “o desenvolvimento da teoria do valor público e de suas críticas padecerá se continuar a falta de fundamentação na pesquisa empírica, porque a teoria e a pesquisa empírica podem se desafiar, testar e influenciar mutuamente” (p. 1).

Quanto às justificativas práticas, entende-se que definir as atividades e resultados de uma denominação religiosa consideradas como geradores de valor público é elemento essencial para essa melhoria gerencial, já que, de acordo com Bajpai (2016, p. 8), “se o valor público não for definido claramente, o processo de criação de valor público vai falhar”.

Sob o aspecto social, observa-se que a ampliação de estudos sobre contabilidade no Terceiro Setor se torna importante ao considerar a expressividade das atividades realizadas por essas organizações, no Brasil e no mundo, o que provoca uma demanda crescente por estudos que abordem a realidade destas instituições (Campos, Moreira, & Scalzer, 2014), de tal forma que investigações com foco em organizações religiosas podem fornecer subsídios que potencializem suas contribuições sociais (Cadge & Wuthnow, 2006; Hull & Bold, 1989).

2 MARCO TEÓRICO EMPÍRICO DE REFERÊNCIA

Segundo Latour (2017), o ambiente religioso é dotado de grande especificidade, especialmente pela existência de um forte sistema de crenças e pela existência do sagrado, o que indica que a forma de se aplicar contabilidade não seja a mesma como ocorre em outras organizações. Em especial, considera-se que há uma dificuldade incremental em se mensurar o desempenho de organizações sem finalidades de lucro, já que seu significado de sucesso é mais vago do que o conceito de lucro adotado por organizações com finalidade de lucro (Lee & Nowell, 2015; Sawhill & Williamson, 2001).

Por conseguinte, a ênfase em medidas financeiras de desempenho se torna limitada, enquanto a utilização de medidas não financeiras é considerada mais importante, em especial

para demonstrar a realização de sua missão e o fornecimento de diversos benefícios para a comunidade (Cordery & Sinclair, 2013; Huang & Hooper, 2011), o que, por sua vez, limita a possibilidade de que a expressão do desempenho de organizações sem fins lucrativos possa ser reduzida a uma única medida (Boateng et al., 2016).

Desta feita, considera-se importante que os sistemas de avaliação de desempenho adotados por organizações sem finalidades de lucro sejam capazes de contemplar suas especificidades, sobretudo a respeito de seus objetivos e de seu desempenho nos aspectos econômico, ambiental e social, conduzindo para a mensuração do valor social gerado por estas ao invés do resultado financeiro (Arena, Azzone, & Bengo, 2015).

Arena et al. (2015) ressaltam que organizações sem finalidades de lucro possuem como principal objetivo a maximização da criação de valor social e/ou ambiental, e têm como foco o alcance de resultados por uma perspectiva social. De acordo com Moore (2000), o alcance de sua missão social é o objetivo normativo de organizações governamentais e sem fins lucrativos, enquanto o aumento da riqueza do acionista é o objetivo das organizações com fins lucrativos, diferença essencial para realização da gestão estratégica dessas instituições. Para Moore (1995), o alcance de sua missão social, objetivo final das ações e programas promovidos pelo setor público, passa pela ideia de criação de valor público.

A teoria do valor público é considerada uma construção ocorrida no campo teórico da administração pública como uma alternativa à abordagem *New Public Management* (NPM), que tinha como principal objetivo a implantação de uma lógica de mercado nesse setor (Bajpai, 2016; Bryson et al., 2014; O'Flynn, 2007). Inicialmente, a construção de uma plataforma conceitual baseada nessa teoria teve como objetivo auxiliar gestores públicos a enfrentarem desafios estratégicos, da mesma forma que plataformas conceituais existentes são utilizadas por gestores de organizações privadas em seu processo de gestão estratégica (Benington & Moore, 2011). Atualmente, a teoria do valor público é praticada em países como Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália (Bajpai, 2016).

A ideia do valor público parte da premissa de que o objetivo do trabalho gerencial no setor público seria o de criar valor público, da mesma forma que o trabalho gerencial no setor privado é criar valor privado (Moore, 1995), ou seja, se os gestores de organizações privadas devem utilizar suas habilidades e imaginação para produzir valor privado em favor dos acionistas, os gestores públicos e do Terceiro Setor devem utilizar suas habilidades e imaginação para produzir valor público para os cidadãos e para a sociedade (Moore, 2014).

Como afirma Moore (1995), esta parece ser uma ideia simples, contudo é contrária ao senso comum de que organizações que não visam lucro, como as pertencentes ao governo, fazem parte de um setor não produtivo. De acordo com Benington e Moore (2011, p. 7), o contexto no qual surgiu a ideia de valor público apontava os governos como “um setor improdutivo se alimentando como um parasita do valor que é supostamente criado pelo setor privado”, uma visão oferecida pelo NPM que foi adotada por líderes políticos como Ronald Reagan, que chegou a afirmar que “o governo não é a solução: o governo é o problema”.

Ao mesmo tempo, de acordo com Moore (2013), as ideias originais sobre valor público surgiram em um contexto em que muitos conceitos de gestão aplicados na iniciativa privada estavam sendo aplicados no setor público, tendo como motivação o NPM. Nesse contexto, para o autor, muitos gestores demonstraram confusão sobre “quem eram seus clientes, como poderiam estar mais satisfeitos e quão importante era a satisfação do cliente em sua missão geral” (p. 2), indicando que muitas das premissas existentes nas ferramentas desenvolvidas para o setor privado não se adaptariam adequadamente para a realidade do setor público, especialmente pelo fato de que este último possui a incumbência de geração de resultados sociais positivos para indivíduos que não são necessariamente aqueles que recebem diretamente os bens e serviços públicos, sendo, portanto, um avanço à abordagem NPM.

Como indica Moore (1994), o propósito geral da organização deve guiar suas

atividades, o que é estabelecido pelos cidadãos e seus representantes, e não o interesse ou a busca por satisfação de seus clientes ou daqueles que recebem diretamente bens e serviços do governo. Moore (1994, p. 301) ilustra essa situação da seguinte forma: “acho que seria absurdo pensar que o valor das operações de um departamento de polícia se acumulou principalmente pela satisfação que os criminosos apresentam por serem presos”.

No enfoque da teoria do valor público, portanto, a gestão de organizações de caráter público deve se voltar para a criação de resultados que tenham valor percebido pela sociedade em geral (Moore, 1995), ou seja, o valor público seria “... a contribuição feita pelo setor público para o bem-estar econômico, social e ambiental de uma sociedade ou nação, e pode ser geralmente definido como o que o público está disposto a fazer sacrifícios de dinheiro e liberdade para alcançar” (Try & Radnor, 2007, p. 658). Como explicam Bryson et al. (2014), os valores públicos gerados por organizações públicas e do Terceiro Setor podem ser muitos e em diversas áreas, mas a criação de valor público se trata da produção de algo que seja valioso ao público ou que seja benéfico para o público em geral.

Destarte, para Alford e O’Flynn (2009), o valor público não comporta apenas os bens ou serviços gerados por uma instituição pública (*outputs*), mas também os resultados gerados (*outcomes*), ou seja, o impacto gerado em indivíduos que apreciam o benefício em questão ou as alterações importantes, no contexto social, proporcionadas para essas pessoas. Tais impactos, para Benington (2011), podem ocorrer, por exemplo, na geração de valor econômico (criação de empregos e de novas atividades econômicas), social e cultural (coesão social, relacionamentos sociais, criação de identidade cultural, bem-estar comunitário ou individual), político (participação ativa e engajamento na sociedade), ecológico e ambiental.

De acordo com Cadge e Wuthnow (2006), as atividades religiosas são orientadas ao oferecimento de explicações e pelo relacionamento com o transcendente. Para Latour (2017), a religião fornece ao indivíduo a possibilidade de experiências individuais, íntimas, pessoais e subjetivas com o divino, seja pela observação de eventos extraordinários ou mesmo para a busca de respostas e explicações sobre o mundo. Com isso, a missão principal da Igreja Católica é identificada pela “salvação”, que é oferecida por meio de atividades de evangelização e conversão (Collins, 2008). De acordo com Serafim e Alperstedt (2012, p. 55), as organizações religiosas apresentam como seu principal produto “... a provisão de compensações sobrenaturais, as quais vêm acompanhadas com recompensas temporais”.

O oferecimento desse principal produto ocorre na promoção de atividades como “adorações, orações, meditação, doutrina, curas, e bem-estar espiritual de acordo com revelações, textos, códigos, leis e princípios”, que envolvem necessariamente elementos religiosos, como “conhecimento sagrado, experiências transcendentais, profecias, cultos e meditação, ritos com poder purificador, ritos de passagem, ética religiosa”. Por outro lado, as atividades religiosas podem ser acompanhadas por produtos sociais, como “... missões de recrutamento, assistência social e solidariedade local” (Serafim & Alperstedt, 2012, p. 55).

Segundo Hagopian (2009), historicamente a Igreja Católica mantém canais pelos quais se relaciona com a sociedade, seja pela distribuição de serviços sociais, serviços de saúde ou por ações de caridade. Segundo Teixeira (2011), a religião possui importância para o desenvolvimento social por meio da promoção e motivação de ações sociais, assentadas principais nas áreas de educação, saúde e assistência social. Para Burity (2007), a realização dessas atividades é considerada importante para a inclusão social e garantia de direitos.

A respeito da assistência social, Fagan (1996) afirma que a religiosidade também pode estar associada positivamente com comportamento comunitário, incluindo atividades de caridade. Hull e Bold (1989) indicam como um dos benefícios sociais proporcionados pelas igrejas a redistribuição de renda, ao encorajarem seus membros a realizar doações de forma direta ou por meio de campanhas de caridade promovidas pela própria instituição. No Brasil, as organizações religiosas apresentam um comportamento de ativismo social, observada no

atendimento de carências materiais e simbólicas de seus membros e de indivíduos caracterizados como socialmente excluídos, mesmo quando não pertencentes à denominação religiosa, o que ocorre por meio de ações filantrópicas (Burity, 2007).

Conforme Burity (2007), a atuação da Igreja Católica em projetos sociais é identificada como amplamente conhecida e mantenedora de grande parte das atividades assistenciais promovidas por organizações religiosas. Para Souza (2007), a Igreja Católica possui influência relevante na definição de políticas governamentais de caráter social, destacando-se, no Brasil, as Campanhas da Fraternidade, e na promoção de atividades que tenham impacto social positivo, bem como a atuação da Cáritas, organismo da própria Igreja, pela promoção de empreendimentos de economia solidária.

A respeito das atividades de saúde, um dos produtos indiretos gerados por organizações religiosas, de acordo com Serafim e Alperstedt (2012), Hull e Bold (1989), indicam que a promoção de ações que aumentam a saúde da população (por meio de atividades que reduzam a possibilidade de propagação de doenças, como ações de limpeza, tratamento de enfermidades, regras para a preparação de alimentos e ações de sanitização), que são especialmente valiosas em grandes comunidades, nas quais, de acordo com os autores, as pessoas são menos propensas a reconhecer o custo social de seu comportamento individual inadequado, é um dos benefícios sociais motivados pelas igrejas.

Ainda quanto aos impactos na saúde, Fagan (1996) menciona efeitos positivos da religião na saúde mental, possibilitando a redução de casos de depressão, suicídio e dependência química. King e Furrow (2004) enfatizam que a religião pode ser considerada como um recurso possível de afastar adolescentes do uso de drogas ou incentivá-los a participar de programas de abstinência ou reabilitação. Gruber (2005), por sua vez, aponta com base em diversos trabalhos que maior participação religiosa se associa com menores níveis de uso de drogas.

Já sobre as atividades de educação, outro produto indireto gerado por organizações religiosas de acordo com Serafim e Alperstedt (2012), Fagan (1996) assinala que a religiosidade também pode estar associada positivamente com educação, o que também é observado por Barro e McCleary (2003) e Gruber (2005). De acordo com King e Furrow (2004), a religião está associada com o desenvolvimento de competências acadêmicas.

Tratando dos aspectos de segurança e criminalidade, Fagan (1996) indica que um maior grau de religiosidade possui relação com a redução de taxas de criminalidade e delinquência, da mesma forma que Gruber (2005), ao apontar que diversos trabalhos acadêmicos revelam que maior participação religiosa está associada com menores níveis de criminalidade. De acordo com King e Furrow (2004), a religião pode ser considerada um recurso que influencia no desenvolvimento de jovens e adolescentes, afastando-os de comportamentos socialmente problemáticos como delinquência.

Como explica Teixeira (2011, p. 15), “a religião, enquanto fenômeno que lida diariamente com o comportamento e as relações entre seres humanos, reconhece a necessidade de oferecer uma contribuição à prevenção e combate a todas as formas de violência”, seja ela física, mental ou espiritual. Para o autor, a religião atua tanto de forma preventiva, como em campanhas de combate à violência de gêneros (idosos, crianças, portadores de necessidades especiais, mulheres) e de violência de outros tipos (física, emocional, social e econômica), quanto de forma repressiva, ao realizar denúncias ou incentivar denúncias de casos de violência e ao realizar intervenções para interrupção destes (como retirada de pessoas de locais de risco e encaminhamento para instituições de apoio).

Barro e McCleary (2003) também indicam que há uma relação positiva entre religiosidade e crescimento econômico, sendo esta explicada pelo impacto da religiosidade na ética e honestidade no trabalho. Para Guiso, Sapienza e Zingales (2003), a presença de religiões cristãs apresenta relação positiva com atitudes que conduzem ao crescimento

econômico, como as voltadas à abertura de mercados e instituições mais fortes. De acordo com Gruber (2005), uma maior densidade de determinada religião em uma área ocasiona maior participação religiosa e leva a melhores resultados em dimensões como a renda.

A religião contribui na construção de valores morais baseada em pessoas (religiosos e leigos) que possuem a mesma estrutura de crenças (Latour, 2017). Entende-se que a vida em comunidade e o cultivo dos relacionamentos é elemento importante da missão da igreja, formando núcleos onde ocorre o processo de evangelização (Collins, 2008).

Quanto à relação da religiosidade com questões políticas relacionadas à moral, Knill, Preidel e Nebel (2014) afirmam que a influência do catolicismo ocorre em tais questões, diminuindo o ritmo ou mesmo impedindo a realização de reformas legais como liberação do aborto e do casamento homossexual, mesmo em meio a um processo de secularização. Igualmente se pode mencionar a influência da Igreja Católica na cultura. De acordo com Bennett (2009), a Igreja Católica possui influência nessa área, tendo como objetivo a criação de uma consciência cristã, impactando milhões de pessoas em todo o mundo.

Ainda, conforme Lim e Putnam (2010), há uma associação positiva entre religiosidade (especialmente frequência nos serviços religiosos) e satisfação de vida ou no julgamento de bem-estar individual, relação mediada pela forte identidade com uma determinada religião e pela formação de redes sociais nas congregações. A respeito das redes sociais formadas nessas comunidades, os autores explicam que “o envolvimento religioso aumenta o bem-estar subjetivo porque as organizações religiosas oferecem oportunidades de interação social entre pessoas de pensamento semelhante, fomentando amizades e laços sociais” (p. 916).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação se deu pela realização de levantamento (*survey*), tendo sido utilizado um questionário autoadministrado eletrônico (Google Docs®). Previamente à sua aplicação, foram validadas as variáveis de *outputs* e *outcomes* identificadas a partir do referencial teórico empírico, de modo a avaliar sua compatibilidade com o que é promovido pela denominação religiosa escolhida: a católica, representada institucionalmente pela Arquidiocese de Curitiba. Essa escolha justifica-se pelo fato de que, no Brasil, a religião católica é a que possui maior número de adeptos (Datafolha, 2016), sendo o país com maior número de católicos no mundo (ACI Digital, 2017).

O processo de validação passou por duas etapas: (I) coleta e análise de dados e informações apresentadas no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba (Arquidiocese de Curitiba, 2018) quanto às comissões existentes e atividades realizadas, de forma a confrontar ou agregar às informações coletadas a partir do referencial teórico; (II) entrevista semiestruturada com um membro da cúria diocesana da Arquidiocese.

Quanto aos *outputs*, foram consideradas as seguintes variáveis para esse processo: (I) adorações; (II) orações (Serafim & Alperstedt, 2012); (III) meditações (Serafim & Alperstedt, 2012); (IV) doutrina (Serafim & Alperstedt, 2012); (V) curas (Serafim & Alperstedt, 2012); (VI) cultos (Serafim & Alperstedt, 2012); (VII) rituais (Serafim & Alperstedt, 2012); (VIII) missões de recrutamento (Serafim & Alperstedt, 2012); (IX) atividades de assistência social (assistência social) (Hagopian, 2009; Serafim & Alperstedt, 2012); (X) ações de solidariedade, caridade e serviço social (serviço social) (Hagopian, 2009; Teixeira, 2011); (XI) serviços de saúde (Fagan, 1996; Hagopian, 2009); (XII) serviços de educação (Serafim & Alperstedt, 2012); e (XIII) programas de reabilitação para dependentes químicos (reabilitação de dependentes) (Fagan, 1996; Gruber, 2005).

Já quanto aos *outcomes*, as seguintes variáveis foram levadas à validação: (I) consciência social e comunitária dos indivíduos/motivar pessoas para atividades assistenciais ou voluntárias (consciência social) (Fagan, 1996; Teixeira, 2011); (II) inclusão social (Burity, 2007; Souza, 2007); (III) garantia de direitos (Burity, 2007; Souza, 2007); (IV) saúde (Fagan,

1996; Gruber, 2005); (V) educação (Barro & McCleary, 2003; King & Furrow, 2004); (VI) segurança, combate à criminalidade e violência (segurança) (King & Furrow, 2004; Gruber, 2005); (VII) economia/crescimento econômico (crescimento econômico) (Barro & McCleary, 2003; Guiso et al., 2003); (VIII) valores morais (Collins, 2008; Latour, 2017); (IX) cultura (Bennett, 2009); (X) bem-estar individual (bem-estar) (Lim & Putnam, 2010); e (XI) redistribuição de renda (Hull & Bold, 1989).

Após a validação das variáveis, seguiu-se para o levantamento, compreendendo o espaço geográfico da Arquidiocese de Curitiba (Curitiba, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Campo Magro, Balsa Nova, Palmeira e Porto Amazonas), no qual, estimada no ano de 2016 uma população de 2,6 milhões (Catholic Hierarchy, 2018), chegou-se a uma amostra necessária mínima de 665 respostas (nível de confiança de 99% e erro amostral de 5%).

Tal amostra também é adequada para a realização da análise fatorial exploratória que, de acordo com Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009), demanda um número maior de observações do que de variáveis, com número mínimo absoluto de 50 observações e de 10 observações para cada variável.

Utilizou-se para o mapeamento da percepção de valor público para as variáveis de *outputs* e *outcomes* e do valor público geral atribuído à denominação religiosa uma escala intervalar do tipo Likert com 11 pontos, escolhida tanto por facilitar a compreensão do sistema de numeração pelos respondentes quanto para viabilizar a inserção de um ponto neutro (cinco), fator que pode facilitar a expressão adequada de sua opinião (Antonelli, 2018).

Para identificação do valor público geral, questionou-se: “Em uma escala de 0 a 10, como você considera, em geral, que as atividades realizadas e os resultados gerados pela Igreja Católica são benéficos ou valiosos para a sociedade?”. Para cada *output*, questionou-se: “Em uma escala de 0 a 10, como você considera que a Igreja Católica gera benefícios para a sociedade pelos seguintes aspectos?”. Por fim, para cada *outcome*, questionou-se: “Em uma escala de 0 a 10, como você considera que as seguintes atividades realizadas pela Igreja Católica geram benefícios para a sociedade?”.

Vale ressaltar que tanto o roteiro de entrevista semiestruturada quanto o questionário passaram por validações aparente e de construto por três doutores da área de Contabilidade no mês de agosto/2018. Na sequência, o questionário sofreu um pré-teste por três doutores em Contabilidade e uma mestra em Desenvolvimento Regional, o que ocorreu no mesmo período.

Para tratamento dos dados, utilizou-se o protocolo de análise fatorial exploratória exposto na Tabela 1. O método de extração escolhido foi a análise de componentes principais e, quanto ao método de rotação, optou-se pelo Varimax (Field, 2009; Hair et al., 2009). Para estes procedimentos, utilizou-se os *softwares* SPSS, IBM Amos® e Microsoft Excel®.

Tabela 1. Protocolo para análise fatorial exploratória

Nº	Procedimento	Objetivo
1	Teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)	Avaliar a adequação da análise fatorial para a amostra
2	Teste de esfericidade de Bartlett	
3	Matriz de correlações	
4	Medida de adequação da amostra (MSA)	Verificar a quantidade de fatores a extrair
5	Variância total explicada (critério de Kaiser)	
6	Comunalidades	Verificar variáveis que não são adequadamente explicadas pela solução fatorial
7	Correlações reproduzidas	Avaliar as correlações entre coeficientes observados e previstos
8	Avaliação das cargas fatoriais	Identificar cargas fatoriais significantes estatisticamente
9	Rotulagem dos fatores	Atribuir significado para o padrão das cargas fatoriais
10	Curtose e achatamento	Verificar a normalidade dos dados
11	D ² de Mahalanobis	Verificar a presença de <i>outliers</i>

12	Índices de ajustamento: X ² ; CFI; GFI; RMSEA; MECVI	Avaliar a qualidade do modelo fatorial
13	Índices de modificação (MI)	Detectar a existência de correlações entre erros e correlações entre erros e fatores
14	Confiabilidade composta (CC)	Avaliar a capacidade de explicação das variáveis como manifestações do fator latente
15	Variância extraída média (VEM)	Avaliar se o comportamento das variáveis é explicado pelo fator
16	Validade discriminante (VD)	Avaliar a ausência de correlação das variáveis com outros fatores
17	Pesos fatoriais e confiabilidades individuais	Avaliar a relevância das variáveis em cada fator

Nota. Fonte: elaborado com base em Fávero e Belfiore (2017); Field (2009), Hair et al. (2009) e Marôco (2014)

Com tais procedimentos, examinou-se a hipótese de pesquisa de que as atividades e resultados de uma denominação religiosa são agrupados, de acordo com a percepção dos indivíduos quanto à geração de valor público, em fatores de *outputs* religiosos, *outputs* sociais e de *outcomes*. A hipótese considera especialmente o exposto por Serafim e Alperstedt (2012), que afirmam que organizações religiosas realizam atividades religiosas que são geralmente acompanhadas de produtos sociais, além dos diversos resultados sociais elencados nesta revisão que são possivelmente oferecidos como consequência das ações empreendidas.

Na sequência, examinou-se o poder de explicação dos fatores extraídos no valor público geral atribuído pelos respondentes às atividades realizadas e resultados oferecidos pela Igreja Católica à sociedade. Para tal, os fatores foram incluídos como variáveis independentes na aplicação do método de regressão linear múltipla, enquanto o valor público geral compôs o valor da variável dependente, seguindo-se o protocolo exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Protocolo para análise de regressão linear múltipla

Nº	Procedimento	Objetivo
1	Curtose e achatamento	Verificar a normalidade dos dados
2	D ² de Mahalanobis	Verificar a presença de <i>outliers</i>
3	Fator de inflação da variância (VIF)	Avaliar a existência de multicolinearidade
4	Coefficientes estimados e p-valores	Avaliar a significância dos coeficientes no modelo
5	Teste F	Avaliar a significância global do modelo
6	R ²	Avaliar a capacidade de explicação da variável dependente

Nota. Fonte: elaborado com base em Fávero e Belfiore (2017) e Marôco (2014)

Em complemento às informações da Tabela 2, esclarece-se que também foram utilizados para estes procedimentos os *softwares* IBM Amos e SPSS®. Para a realização da regressão linear múltipla utilizaram-se as seguintes variáveis de controle, tomando como base variáveis utilizadas nos estudos de Guiso et al. (2003) e de Lim e Putnam (2010): gênero, escolaridade, idade, renda e estado de saúde atual. Tais informações também foram coletadas junto aos respondentes por meio do questionário eletrônico.

O teste para averiguação das variáveis e fatores considerados como geradores de valor público pelos respondentes considerou como critério os escores que, na verificação da média considerando o nível de 99% de confiança, possuem limite inferior maior ou igual a 6 (seis), ou seja, escore acima do ponto neutro da escala de 11 pontos aplicada aos respondentes.

Deste modo, a análise se deu a partir da hipótese de pesquisa de que a denominação religiosa oferece *outputs* ou *outcomes* que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público, alicerçada nas informações apresentadas no referencial teórico empírico e considerando precipuamente a teoria do valor público segundo Moore (1994, 1995, 2013).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos de análise de dados tiveram início com a validação das variáveis de *outputs* e *outcomes* identificadas a partir do referencial teórico-empírico, elencadas no

capítulo anterior. Procedeu-se à validação com base em informações públicas apresentadas no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba (2018). De acordo com o portal, existem 129 pastorais, movimentos ou organismos que compõem o conjunto de atividades realizadas pela instituição, sendo agrupadas em 13 comissões pastorais.

Ao relacionar as atividades presentes nas 13 comissões elencadas no portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba com as variáveis de *outputs* da Igreja Católica, foi possível verificar relacionamentos entre os elementos. Notou-se que todas as variáveis de *outputs* identificadas na revisão bibliográfica contêm interseções com as comissões indicadas pela Arquidiocese de Curitiba, com exceção da variável (V) curas, que, por conta disto, candidatou-se à exclusão da lista de variáveis para o presente estudo.

Na sequência, foi realizada uma entrevista com um assessor do setor de Ação Evangelizadora, área responsável pelas comissões pastorais da instituição, para validação das variáveis das categorias *outputs* e *outcomes*. O procedimento, com duração de 45 minutos, ocorreu na sede da Arquidiocese de Curitiba no mês de agosto de 2018.

Como resultado, a totalidade dos *outcomes* e a quase totalidade dos *outputs* foi indicada como realizada pela Arquidiocese de Curitiba. Quanto às atividades não realizadas, ressalta-se inicialmente a atividade de “curas”, o que coaduna com a análise prévia a partir de informações do portal eletrônico da Arquidiocese de Curitiba, conduzindo à exclusão da variável. Ainda, a Arquidiocese de Curitiba entende que não concretiza a atividade de “missões de recrutamento”; por outro lado, o representante da Arquidiocese afirmou que a instituição realiza a atividade de “missões de evangelização”, ocorrendo essa substituição.

Com tais alterações incorporadas, procedeu-se à aplicação do questionário junto à comunidade, o que resultou na obtenção de 732 respostas válidas entre os meses de agosto e setembro de 2018. A descrição da amostra é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3. Descrição da amostra

Dado / Variável	Categoria	Quant.	%		
Gênero	Feminino	402	54,92%		
	Masculino	321	43,85%		
	Prefiro não responder	9	1,23%		
Escolaridade	Fundamental incompleto	8	1,09%		
	Fundamental completo	27	3,69%		
	Ensino médio completo	203	27,73%		
	Superior completo	494	67,49%		
Renda Familiar	Até R\$ 1.908,00	54	7,38%		
	De R\$ 1.908,01 até R\$ 3.816,00	164	22,40%		
	De R\$ 3.816,01 até R\$ 9.540,00	329	44,95%		
	De R\$ 9.540,01 até R\$ 19.080,00	136	18,58%		
	Acima de R\$ 19.080,01	49	6,69%		
Dado / Variável	Descritivos				
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade (anos)	33,82	31	12,14	13	81
Estado de saúde atual	8,36	9	1,49	1	10

Em complemento ao apresentado na Tabela 3, também foi identificado por meio do questionário a religião dos respondentes: 431 se identificaram como católicos romanos (58,88%), 106 como protestantes ou evangélicos (14,48%), 38 como espíritas (5,19%), 21 como católicos ortodoxos (2,87%), quinze afiliados a outras religiões (2,05%), enquanto 112 declararam não possuir religião (15,3%). Para nove respondentes, não foi possível determinar a religião (1,23%), por conta de preenchimento inconsistente de campo aberto no questionário para essa finalidade. Não se observa na amostra, portanto, um afastamento relevante na participação de católicos romanos em comparação ao Censo 2010 para os municípios com maior população na região pesquisada (Curitiba, Colombo, Campo Largo, Pinhais e Almirante

Tamandaré), em que se identifica 61,88% de católicos romanos na população em geral (IBGE, 2020), afastando a possibilidade desse viés na amostra.

Com este conjunto de respostas, procedeu-se à análise fatorial exploratória, considerando as 12 variáveis de *outputs* e 11 variáveis de *outcomes*, de acordo com o protocolo de análise fatorial exploratória indicado na Tabela 1. Os procedimentos de [1] a [4], validação dos pressupostos para a análise fatorial, apresentaram resultados satisfatórios para a amostra da pesquisa: procedimento [1], estatística KMO=0,961 (necessário acima de 0,5); procedimento [2], esfericidade de Bartlett, p-valor=0,000 ($X^2=18.484,24$; $df=253$) (necessário p-valor<0,05); procedimento [3], correlação parcial mínima de 0,392 para “Rituais” (inapropriado quando existir uma quantidade substancial de correlações parciais iguais ou inferiores a 0,3); procedimento [4], correlação mínima de 0,918 para “Serviços de Educação”, resultado ‘admirável’ (necessário no mínimo 0,5) (Fávero & Belfiore, 2017; Hair et al., 2009).

O procedimento [5], verificação da variância total explicada, indicou a existência de três fatores com autovalor superior a 1 (fator 1: 14,408; fator 2: 1,901; fator 3: 1,225; fator 4: 0,715) (Fávero & Belfiore, 2017; Hair et al., 2009) que, em conjunto, acumulam 76,24% da variância total das variáveis originais, o que é observado como adequado por Hair et al. (2009) (solução satisfatória ao explicar ao menos 60% da variância total).

O procedimento [6], verificação das comunalidades, indicou que todas as variáveis elencadas possuem comunalidade suficiente (mínimo: 0,648 para “Bem-Estar”), considerando o limite mínimo de 0,5 definido por Hair et al. (2009). O procedimento [7], avaliação dos resíduos entre correlações observadas e reproduzidas, indicou que 12% dos resíduos possuem valores absolutos maiores do que 0,05, percentual inferior ao indicado por Field (2009) como ponto de alerta para a solução fatorial (50%).

O procedimento [8], avaliação das cargas fatoriais, utilizou como base a matriz de componente rotativa gerada a partir do *software* SPSS®. Ao considerar a sugestão de Field (2009) pela supressão de valores absolutos inferiores a 0,4, de modo a facilitar a análise de identificação das variáveis aos fatores, notou-se que as variáveis “Missões de Evangelização”, “Educação”, “Inclusão Social”, “Consciência Social”, “Cultura”, “Serviços de Educação”, “Serviços de Saúde”, “Bem-Estar” e “Valores Morais”, após conversão em seis rotações, apresentaram cargas fatoriais com carga cruzada.

De acordo com a orientação dada por Hair et al. (2009), as referidas variáveis foram eliminadas do estudo, o que exigiu reespecificar o modelo fatorial. O modelo reespecificado retornou os resultados apresentados na Tabela 4 em sua matriz de componente rotativa.

Tabela 4. Matriz de componente rotativa – modelo reespecificado

Variáveis	Componente		
	1	2	3
Cultos	0,872		
Rituais	0,841		
Orações	0,815		
Doutrina	0,793		
Adorações	0,775		
Meditações	0,722		
Crescimento Econômico		0,831	
Redistribuição de Renda		0,802	
Saúde		0,759	
Garantia de Direitos		0,741	
Segurança		0,732	
Assistência Social			0,887
Serviço Social			0,880
Reabilitação de Dependentes			0,807

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Como é possível verificar na Tabela 4, o modelo reespecificado não apresentou cargas fatoriais cruzadas, sendo esta, portanto, considerada uma solução fatorial aceitável, também ao considerar que todas as variáveis apresentaram carga fatorial acima de 0,5, critério para que tais variáveis sejam consideradas adequadas para significância prática (Hair et al., 2009).

No procedimento [9], rotulagem dos três fatores formados no modelo reespecificado, observou-se que o componente 1 concentra *outputs* de caráter religioso (rótulo: *outputs* religiosos), o componente 3 concentra *outputs* de caráter social (rótulo: *outputs* sociais) e que o componente 2 concentra os *outcomes* mantidos no modelo (rótulo: *outcomes*).

Ressalta-se, portanto, que a existência de dois fatores para *outputs*, sendo um de caráter religioso e outro de caráter social, além de um fator para *outcomes*, está ao encontro da hipótese de pesquisa indicada no capítulo de procedimentos metodológicos.

Os procedimentos seguintes foram voltados para validação da análise fatorial. O procedimento [10] indicou a inexistência de indícios de afastamento da amostra de uma distribuição normal, com valores absolutos de curtose abaixo de sete (máximo: 1,019) e, de achatamento, abaixo de dois (máximo: 1,154). Contudo, no procedimento [11], verificou-se a presença de quatro *outliers* (valores de p1 e p2 inferiores a 0,05 e diferença considerável no D² de Mahalanobis em relação às demais observações), retirados para avaliação de cenários com *outliers* e sem *outliers* com base nos índices de ajustamento (Marôco, 2014).

Tal avaliação se deu no procedimento [12], entretanto, o modelo sem *outliers* não apresentou melhoras significativas nos índices de ajustamento em comparação ao modelo original (modelo 1), mantendo valores insatisfatórios para X² (ajustamento mau), GFI (ajustamento sofrível) e RMSEA (ajustamento inaceitável) e aumentando o valor de MECVI (Marôco, 2014). Desta feita, optou-se por realizar a sequência da validação do modelo fatorial com base no modelo 1, sugerindo-se que os problemas nos índices de ajustamento provêm do próprio conjunto de dados, não estando relacionados aos *outliers*.

Seguiu-se para o procedimento [13], verificação dos índices de modificação (MI), que culminou na previsão de 13 correlações entre erros no modelo fatorial (Marôco, 2014). Além disso, identificou-se correlação entre o fator “*outputs* sociais” e o erro da variável “Meditações” (MI=39,449), confirmado pelo peso da regressão. Diante dessa anomalia, optou-se por retirar do modelo a variável “Meditações” por possuir a menor carga fatorial de seu fator (*outputs* religiosos). Após a retirada da variável, os índices de modificação foram reavaliados, o que levou à previsão de nove correlações entre erros no modelo (modelo 4).

Quanto às correlações entre erros e fatores no modelo 4, observou-se alta covariância entre a variável “Orações” e o fator “*outputs* sociais”, também confirmada pelo peso da regressão. Entretanto, optou-se por manter esta variável no modelo fatorial, considerando a alta carga fatorial observada na mesma para o fator “*outputs* religiosos” (acima de 0,8) e também considerando como suporte a identificação desta atividade como uma atividade religiosa por Serafim e Alperstedt (2012). Por fim, apresenta-se na Tabela 5 os índices de ajustamento para os modelos 3 e 4 em comparação ao modelo 1.

Tabela 5. Índices de ajustamento - modelos 1, 3 e 4

Índice	Parâmetros	Modelo 1	Modelo 3	Modelo 4
	X ² (df): quanto menor – melhor	627,905(74)	235,270(62)	164,424(53)
X ²	p-valor: maior que 0,05 – modelo não medíocre	0,000	0,000	0,000
	X ² /df: menor do que 2 – ajustamento bom	8,485	3,795	3,102
CFI	Maior que 0,9 – ajustamento bom	0,946	0,983	0,988
GFI	Maior que 0,9 – ajustamento bom	0,886	0,956	0,967
	Menor que 0,5 – ajustamento bom	0,101	0,062	0,054
RMSEA	p-valor: maior que 0,05 – modelo não medíocre	0,000	0,010	0,248
MECVI	Quanto menor – melhor	0,946	0,442	0,331

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível notar a partir da Tabela 5, as alterações propostas no modelo promoveram melhorias significativas nos índices de ajustamento: o modelo 3 é significativamente superior ao modelo 1 ao comparar o X^2 destes modelos ($X^2_{diferença}=392,635(12)$; $p\text{-valor}=0,000$), ao passo que o modelo 4 é significativamente superior ao modelo 3 ($X^2_{diferença}=70,846(9)$; $p\text{-valor}=0,000$).

Ainda, as alterações realizadas promoveram melhorias na relação chi-quadrado/graus de liberdade (X^2/df), que partiu de um mau ajustamento para um ajustamento sofrível; em CFI, partindo de um ajustamento bom para um ajustamento muito bom; GFI, que partiu de um ajustamento sofrível para um ajustamento muito bom; RMSEA, que partiu de um ajustamento inaceitável para aceitável e obteve $p\text{-valor}$ suficiente para se considerar o modelo como não medíocre; e, MECVI, com uma relevante redução (Marôco, 2014). Desta forma, o modelo 4 foi considerado com o modelo fatorial com melhor ajustamento.

Tomando como base o modelo 4, seguiu-se à verificação da CC, de acordo com a etapa [14], bem como à verificação da VEM, de acordo com a etapa [15]. Em todos os fatores, notou-se por meio da CC que as variáveis são, consistentemente, manifestações do fator latente, já que os valores de CC são superiores a 0,7 (Hair et al., 2009; Marôco, 2014), sendo: 0,9341 para *outputs* sociais, 0,9237 para *outcomes* e 0,9387 para *outputs* religiosos. Já por meio da VEM, notou-se que todos os fatores são capazes de explicar adequadamente o comportamento das variáveis a eles associadas, considerando como critério a obtenção de valor mínimo de 0,5 (Hair et al., 2009; Marôco, 2014), sendo: 0,8267 para *outputs* sociais, 0,708 para *outcomes* e 0,7539 para *outputs* religiosos.

Seguiu-se para o procedimento [16], verificação da VD. Os resultados para os três fatores foram considerados adequados, já que o R^2 calculado a partir das correlações entre fatores indicadas pelo *software* IBM Amos® (*outputs* religiosos > *outcomes*=0,576; *outputs* sociais > *outcomes*=0,452; *outputs* sociais > *outputs* religiosos=0,321) são inferiores à VEM de cada fator, indicando que os itens que formam determinado fator não estão correlacionados com os demais (Hair et al., 2009; Marôco, 2014). Com a realização dos procedimentos, apresenta-se na Figura 1 o modelo resultante.

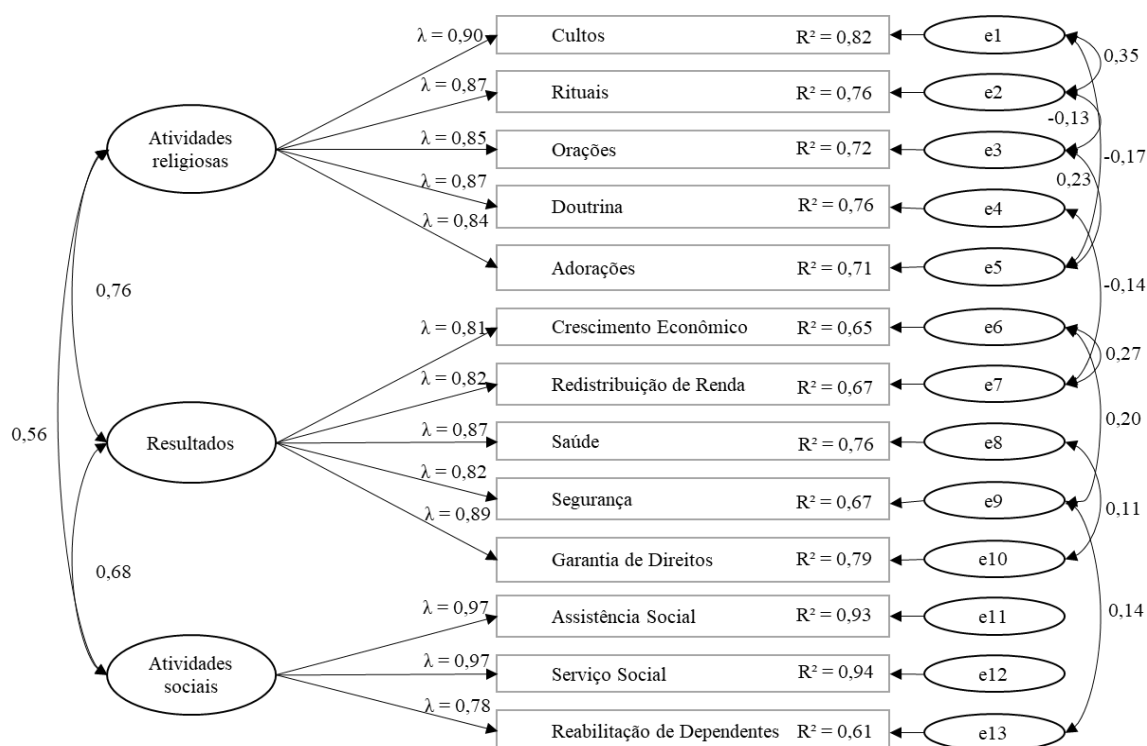


Figura 1. Modelo fatorial

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Observa-se na Figura 1 que, em todas as variáveis, os pesos dos fatores (λ) podem ser considerados elevados (superiores a 0,5) e as confiabilidades individuais (R^2) podem ser consideradas adequadas (superiores a 0,25) (Marôco, 2014), acatando-se o item [17] do protocolo de análise. Com isso, reforça-se a existência de dois fatores para *outputs*, sendo um de atividades religiosas e outro de atividades sociais, além de um fator para *outcomes*, estando convergente à hipótese de pesquisa e ao encontro do exposto por Serafim e Alperstedt (2012).

Após a definição do modelo fatorial, prosseguiu-se para a elaboração de um modelo de regressão considerando os três fatores, a variável “valor público geral” como variável dependente e as variáveis de controle (“gênero”, “escolaridade”, “idade”, “renda familiar” e “estado de saúde atual”), seguindo-se o protocolo de análise exposto na Tabela 2.

No procedimento [1], não foram observados indícios de afastamento de uma distribuição normal, já que os valores absolutos de curtose estão abaixo de sete (máximo observado: 2,791) e, os de achatamento, abaixo de dois (máximo observado: 1,641) (Marôco, 2014). No procedimento [2], análise do D^2 de Mahalanobis, indicou-se a presença de dois *outliers*, com valores de p_1 e p_2 inferiores a 0,05 e diferença considerável no valor D^2 em relação às demais observações (Marôco, 2014). Após a retirada destes *outliers*, não foram observadas novas anomalias quanto à normalidade (curtose máxima: 2,844; achatamento máximo: 1,647) e quanto a novos *outliers*.

O procedimento [3], cálculo do VIF, indicou valor máximo de 2,496 (para “*outcomes*”), inferior ao valor de referência de cinco dado por Marôco (2014). Na etapa [4], verificação dos coeficientes estimados e p-valores, notou-se que as variáveis de controle não apresentaram coeficientes significativos (estado de saúde atual: p-valor=0,204; idade: p-valor=0,066; renda familiar: p-valor=0,726; escolaridade: p-valor=0,905; gênero: p-valor=0,491), optando-se por sua retirada do modelo. Quanto aos coeficientes estimados no novo modelo, doravante ‘modelo ajustado’, são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6. Regressão – coeficientes estimados e p-valor: modelo ajustado

Variável independente	Coefficiente estimado	p-valor
<i>Outputs</i> religiosos	0,123	0,000
<i>Outputs</i> sociais	0,254	0,000
<i>Outcomes</i>	0,592	0,000

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é mostrado na Tabela 6, os três fatores apresentaram ajustamento significativo no modelo de regressão. Quanto ao procedimento [5], o teste F indicou que relação significativa entre a variável dependente e o conjunto de variáveis independentes ($Z=432,158$; p-valor=0,000) (Fávero & Belfiore, 2017). No procedimento [6], o R^2 indicou que as variáveis são capazes de explicar 67,7% do valor público geral indicado pelos respondentes. A Figura 2 apresenta o modelo de regressão resultante desse processo de análise.

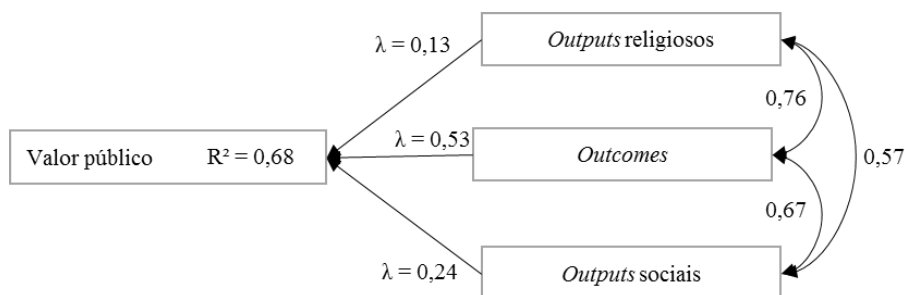


Figura 2. Modelo de regressão

Nota: Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* IBM Amos®

Como é possível notar a partir da Figura 2, o fator “outcomes” é o que possui maior relevância no modelo, representando 58,88% do total dos pesos identificados. Por fim, a Tabela 7 representa as estatísticas descritivas para a média dos fatores e variáveis, além da média para o valor público geral atribuído pelos indivíduos observados.

Tabela 7. Médias: modelo geral (variáveis e fatores)

Variáveis / Fatores	Média (99% confiança)	
	Lim. Inf.	Lim. Sup.
Adorações	5,64	6,25
Orações	6,84 ^a	7,41 ^a
Doutrina	6,02 ^a	6,61 ^a
Cultos	6,11 ^a	6,69 ^a
Rituais	5,63	6,24
<i>Outputs</i> religiosos	6,07 ^a	6,61 ^a
Garantia de direitos	5,32	5,84
Saúde	5,38	5,91
Segurança	5,60	6,14
Crescimento econômico	4,48	5,03
Redistribuição de renda	4,32	4,89
<i>Outcomes</i>	5,03	5,51
Assistência social	7,39 ^a	7,87 ^a
Serviço social	7,44 ^a	7,91 ^a
Reabilitação de dependentes	6,70 ^a	7,24 ^a
<i>Outputs</i> sociais	7,21 ^a	7,67 ^a
Valor público	6,55 ^a	7,03 ^a

Nota. (a) média acima de seis (6) no limite inferior da média

Fonte: dados da pesquisa; resultados extraídos do *software* SPSS®

Ao examinar a Tabela 7, nota-se que, em geral, os indivíduos observados consideram que a Igreja Católica, por meio de suas atividades e resultados, gera valor público à sociedade, já que a média é superior ao valor crítico de seis definido dentre as hipóteses de teste. Mais especificamente, verifica-se que, mesmo possuindo o maior poder explicativo do modelo de regressão elaborado, o fator “outcomes” e suas variáveis não foram considerados como geradores de valor público. Por outro lado, os *outputs* sociais e suas variáveis são reconhecidos pela amostra como as que possuem maior valor público, sendo seguidos pelos *outputs* religiosos, o que se deve principalmente às variáveis “orações”, “cultos” e “doutrina”.

Neste momento, sugere-se que as variáveis de *outputs* e respectivos fatores da Igreja Católica destacados na Tabela 7 são reconhecidos pela sociedade como geradoras de valor público, estando ao encontro do indicado no referencial teórico (Burity, 2007; Fagan, 1996; Gruber, 2005; Hull & Bold, 1989; King & Furrow, 2004; Serafim & Alperstedt, 2012).

5 CONCLUSÕES

A presente investigação teve como objetivo identificar quais fatores, de atividades e de resultados oferecidos por uma denominação religiosa, são considerados como geradoras de valor público pela sociedade. Tendo como base a teoria do valor público (Moore, 1994, 1995, 2013), a análise fatorial revelou a existência de três fatores, sendo dois fatores para *outputs* e um fator para *outcomes*, estando ao encontro da hipótese de pesquisa definida para esta etapa.

Com base nos três fatores extraídos, procedeu-se ao método de regressão linear múltipla. Essa verificação revelou a significância dos três fatores e indicou as variáveis de controle como não significativas, demonstrando a relevância dos mesmos para explicação da variável dependente. Por fim, para atendimento ao objetivo geral da pesquisa, denotou-se, a partir da amostra estudada, que a Igreja Católica, por meio de seus *outputs* e *outcomes*, gera valor público em termos gerais pelo ponto de vista da sociedade, o que se deve principalmente

aos *outputs* sociais: assistência social, serviço social e reabilitação de dependentes químicos.

Em segundo plano, também se observou que os *outputs* religiosos também são considerados pela amostra como geradores de valor público por parte da Igreja Católica, o que se deve especialmente às seguintes atividades: orações, doutrina e cultos. Com isso, acatou-se a hipótese de pesquisa de que uma denominação religiosa oferece *outputs* e *outcomes* que são percebidos pela sociedade como geradores de valor público.

Ao retomar as justificativas e contribuições esperadas para este estudo, considera-se pelo aspecto teórico que a presente revisão temática teve como uma de suas finalidades a abordagem ao problema da mensuração e identificação do desempenho de organizações sem fins lucrativos. A abordagem à teoria do valor público como uma alternativa para a resolução desse problema nos procedimentos adotados nessa pesquisa pode contribuir na busca de uma forma de identificação se as atividades realizadas e se os resultados gerados por uma organização sem fins lucrativos são reconhecidos pela sociedade como geradoras de valor público, bem como sobre quais atividades e resultados são reconhecidas como tal.

Com isso, no aspecto prático, esta investigação pode ajudar a apontar caminhos para que essas organizações consigam formular critérios para avaliar e acompanhar o próprio desempenho organizacional, contribuindo futuramente para o desenvolvimento da própria teoria com a geração de novas evidências empíricas e viabilizando a aplicação de ferramentas gerenciais associadas à teoria do valor público, como o *Public Value Scorecard*. Além disso, espera-se que a metodologia utilizada, que possui a teoria do valor público como pano de fundo, possa ajudar pesquisadores da área no desenvolvimento de critérios comuns ou de plataformas para a mensuração do desempenho de organizações públicas e sem fins lucrativos, como foi apontado por Boateng et al. (2016).

A partir das contribuições realizadas por esta investigação, também são sugeridos novos estudos, com o intuito de se avançar na temática tratada. Em primeiro lugar, como a abordagem desta investigação enfocou as atividades consideradas como geradoras de valor público por uma denominação religiosa, sugere-se a identificação de fatores que possam ser considerados como “destruidores” de valor público, ou seja, atividades ou resultados gerados por uma denominação religiosa que são observados pela sociedade como desfavoráveis a ela.

Pelo fato de a abordagem do valor público focalizar no que é percebido como valioso ou benéfico para o público em geral (Bryson et al., 2014), ou seja, por este conceito de “destruição” de valor público não ser encontrado na literatura sobre a teoria do valor público, este não foi um elemento incluído no presente estudo, visando aqui a estrita aplicação do conceito de valor público conforme a literatura. Todavia, tendo a Igreja Católica como exemplo, em que fatores como a resistência promovida ao uso de anticoncepcionais e contraceptivos e a ocorrência de escândalos de pedofilia (Souza, 2007), além de outros apresentados na introdução, estes podem ser levados em consideração pelo público em geral na sua avaliação de valor público de forma negativa, entendendo-se que essa possibilidade deve ser considerada e explorada nos debates sobre a teoria do valor público.

Também ao considerar a delimitação geográfica da pesquisa (Arquidiocese de Curitiba), os resultados aqui apresentados poderão ser robustecidos com a replicação em outras regiões geográficas, de modo a testar a estabilidade dos comportamentos identificados em outros âmbitos para a mesma instituição. Da mesma forma, o desenvolvimento de pesquisas sobre contabilidade e controle gerencial poderá se beneficiar com a replicação dessa investigação tendo como perspectiva outras organizações religiosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI Digital. (2017). *Estes são os 10 países com mais católicos no mundo*. Recuperado em 23 abril, 2018, de <https://bit.ly/2UxKWes>

- Alford, J., & O'Flynn, J. (2009). Making sense of public value: concepts, critiques and emergent meanings. *International Journal of Public Administration*, 32(3-4), 171-191.
- Antonelli, R. A. (2018). *Êxito dos sistemas de informações contábeis: análise dos fatores críticos de sucesso e insucesso*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Arena, M., Azzone, G., & Bengo, I. (2015). Performance measurement for social enterprises. *Voluntas*, 26(2), 649-672. <https://doi.org/10.1007/s11266-013-9436-8>
- Arquidiocese de Curitiba. (2018). *Arquidiocese de Curitiba*. Recuperado em 28 junho, 2018, de <http://arquidiocesedecuritiba.org.br/>
- Bajpai, A. (2016). "Valor público" como uma estrutura normativa: análise comparativa e reformulação da cultura administrativa na Índia e no Nepal. *Culturas Jurídicas*, 3(6), 1-24.
- Balloussier, A. V. (2017). *Senado discute se igrejas devem parar de ter imunidade tributária*. Recuperado em 06 julho, 2017, de <https://bit.ly/2C3KJbD>
- Barro, R. J., & McCleary, R. M. (2003). Religion and economic growth across countries. *American Sociological Review*, 68(5), 760-781. <https://doi.org/10.2307/1519761>
- Benington, J. (2011). From private choice to public value? In J. Benington & M. H. Moore (Eds.). *Public value: theory and practice* (Cap. 2). New York: Palgrave MacMillan.
- Benington, J., & Moore, M. (2011). *Public value: theory and practice*. New York: McMillan.
- Bennett, O. (2009). On religion and cultural policy: notes on the Roman Catholic Church. *International Journal of Cultural Policy*, 15(2), 155-170.
- Boateng, A., Akamavi, R. K., & Ndoró, G. (2016). Measuring performance of non-profit organisations: evidence from large charities. *Business Ethics*, 25(1), 59-74.
- Bryson, J. M., Crosby, B. C., & Bloomberg, L. (2014). Public value governance: moving beyond traditional public administration and the new public management. *Public Administration Review*, 74(4), 445-456. <https://doi.org/10.1111/puar.12238>.
- Burity, J. (2007). Organizações religiosas e ações sociais: entre as políticas públicas e a sociedade civil. *Revista Antropológica*, 18(2), 42.
- Cadge, W., & Wuthnow, R. (2006). Religion and the non-profit sector. In W. W. Powell & R. Steinberg (Eds.). *The non-profit sector: a research handbook* (Cap. 20). Londres: Yale.
- Campos, G. M., Moreira, R. de L., & Scalzer, R. S. (2014). Financial reporting: reflection on transparency in the third sector. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(3), 130-142.
- Catholic Hierarchy. (2018). *Arquidiocese de Curitiba*. Recuperado em 14 junho, 2018, de <http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dcuri.html>
- Collins, P. M. (2008). Ecclesiology and world mission/missio Dei. In G. Mannion & L. S. Mudge (Eds.). *The Routledge companion to the Christian Church*. New York: Routledge.
- Cordery, C., & Sinclair, R. (2013). Measuring performance in the third sector. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 10(3), 196-212.
- Datafolha. (2016). *44% dos evangélicos são ex-católicos*. Recuperado em 23 abril, 2018, de <https://bit.ly/2uEgL7r>
- Fagan, P. F. (2006). Why religion matters even more: The impact of religious practice on social stability. *Backgrounder*, 1064(1992), 1-30.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Gruber, J. (2005). Religious market structure, religious participation, and outcomes: is religion good for you? *Advances in Economic Analysis & Policy*, 5(1), 1-30.
- Guiso, L., Sapienza, P., & Zingales, L. (2003). People's opium? Religion and economic attitudes. *Journal of Monetary Economics*, 50(1), 225-282.
- Hagopian, F. (2009). *Religious pluralism, democracy, and the Catholic Church in Latin America*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise*

- multivariada de dados*. (6a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Hartley, J., Alford, J., Knies, E., & Douglas, S. (2016). Towards an empirical research agenda for public value theory. *Public Management Review*, 19(5), 670-685.
- Huang, H. J., & Hooper, K. (2011). New Zealand funding organisations. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(4), 425-449. <https://doi.org/10.1108/11766091111189909>
- Hull, B. B., & Bold, F. (1989). Towards an economic theory of the Church. *International Journal of Social Economics*, 16(7), 5-15.
- IBGE. (2020). *Cidades*. Recuperado em 23 abril, 2018, de <https://bit.ly/36Y33Ac>
- King, P. E., & Furrow, J. L. (2004). Religion as a resource for positive youth development: Religion, social capital, and moral outcomes. *Developmental Psychology*, 40(5), 703-713.
- Knill, C., Preidel, C., & Nebel, K. (2014). Brake rather than barrier: the impact of the Catholic Church on morality policies in Western Europe. *West European Politics*, 37(5), 845-866. <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.909170>
- Latour, V. J. (2017). *Accounting, capitalism and the revealed religions: a study of Christianity, Judaism and Islam*. Cham (Suíça): Palgrave MacMillan.
- Lee, C., & Nowell, B. (2015). A framework for assessing the performance of nonprofit organizations. *American Journal of Evaluation*, 36(3), 299-319.
- Lehmann, D. (2007). A milagrosa economia da religião: um ensaio sobre capital social. *Horizontes Antropológicos*, 13(27), 69-98.
- Lim, C., & Putnam, R. D. (2010). Religion, social networks, and life satisfaction. *American Sociological Review*, 75(6), 914-933. <https://doi.org/10.1177/0003122410386686>
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais*. (2a ed.). Pero Pinheiro: Report Number.
- Moore, M. H. (1994). Public value as the focus of strategy. *Australian Journal of Public Administration*, 53(3), 296-303. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.1994.tb01467.x>
- Moore, M. H. (1995). *Creating public value: strategic management in government*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Moore, M. H. (2000). Managing for value: organizational strategy in for-profit, nonprofit, and governmental organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 29(1), 183-204.
- Moore, M. H. (2013). *Recognizing public value*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Moore, M. H. (2014). Public Value Accounting: establishing the philosophical bias. *Public Administration Review*, 74(4), 465-477. <https://doi.org/10.1111/puar.12198>
- O'Flynn, J. (2007). From new public management to public value: paradigmatic change and managerial implications. *Australian Journal of Public Administration*, 66(3), 353-366.
- Perkins, D. C., & Fields, D. (2010). Top management team diversity and performance of Christian Churches. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 39(5), 825-843.
- Sawhill, J. C., & Williamson, D. (2001). Mission impossible? Measuring success in nonprofit organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 11(3), 371-386.
- Serafim, M. C., & Alperstedt, G. D. (2012). As organizações religiosas e suas relações: uma análise a partir da teoria dos stakeholders. *Revista de Negócios*, 17(2), 21-40.
- Souza, A. R. (2007). Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Religião & Sociedade*, 27(1), 156-174.
- Teixeira, C. F. (2011). *Repensando a religião: debates sobre teologia, Estado e cultura*. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres.
- Try, D., & Radnor, Z. (2007). Developing an understanding of results-based management through public value theory. *Intl Journal of Public Sector Management*, 20(7), 655-673.